

Meros encontrados mortos poderão estar relacionados com as alterações climáticas

O instituto OKEANOS da Universidade dos Açores confirmou ontem que está a estudar o fenómeno do arrojamento de meros no mar dos Açores desde as primeiras ocorrências.

“A nossa equipa do programa de monitorização costeira MoniCO tem registado dados sobre as ocorrências e recolhido exemplares com a colaboração da comunidade de utilizadores do mar; recolhido informação independente das pescas para avaliar o estado das populações naturais desta espécie; e monitorizado as condições ambientais a que ela está exposta”, explicam os investigadores do OKEANOS.

“Sendo esta uma situação que envolve análises epidemiológicas com possíveis implicações de saúde pública, o OKEANOS articulou também, desde o início, os seus esforços de estudo e monitorização ecológica com as autoridades regionais competentes na matéria (DRP, DRPM, DRV) para troca de informação e apoio na recolha de amostras para envio a laboratórios certificados”, sublinha ainda.

Enquanto se aguardam os resultados do diagnóstico por parte das autoridades, o instituto OKEANOS, “prosseguindo a sua missão de disseminar conhecimento científico ao público”,



informa o seguinte:

1. Os nossos estudos na zona costeira dos Açores mostram que, ao contrário de outras regiões, a população açoriana de mero apresenta tendências populacionais estáveis nos últimos anos. Não há qualquer evidência que estas ocorrências estejam associadas ao efeito direto da pesca.

2. Já foram reportadas no passado situações comparáveis, envolvendo esta mesma espécie no Mediterrâneo, tipicamente associadas a surtos virais ou bacterianos, desencadeados durante períodos de aquecimento anormal do mar. Sabe-se que as doenças e patologias emergentes em espécies marinhas são

muitas vezes desencadeadas por anomalias ambientais.

3. Nos Açores, tem-se verificado uma substancial e persistente anomalia térmica do mar nos últimos verões, e muito especialmente durante o verão de 2024. O IPMA veio já reportar ser este o Verão mais quente dos últimos 80 anos na região dos Açores, com a temperatura da superfície do mar a atingir uns históricos 27,3° C e anomalias térmicas superiores a 2° C.

4. Os habitats costeiros e as espécies neles residentes, incluindo o mero, estão especialmente sujeitos aos impactos destas ondas de calor visto que a camada mais superficial do oceano está anormalmente quente e atinge profundidades maiores que o habitual. A nossa rede de sensores tem registado consistentemente temperaturas superiores a 24°C a uma profundidade de 25m.

5. 95% dos meros reportados são animais maduros (>55 cm) encontrando-se no final da época de reprodução, sendo por isso também expectável, que estes indivíduos estejam particularmente vulneráveis durante este período, dada a energia que têm de dedicar à reprodução. Estas ocorrências, sejam ou não resultantes de infeções bacterianas ou virais, remetem-nos para o impacto

que as alterações climáticas podem ter nos oceanos, afetando a sobrevivência de algumas espécies e, potencialmente, o desempenho económico de pescarias e a saúde humana. O OKEANOS alerta “para a importância da monitorização continuada desta situação, e para a necessidade de se desenvolver na Região Autónoma dos Açores mecanismos de alerta precoce para prever, detetar e atuar de forma planeada e concertada perante situações que venham a ocorrer num contexto atual de alterações globais em aceleração”. O OKEANOS afirma que “está naturalmente comprometido em contribuir para este esforço coletivo, pelo conhecimento científico que detém, pela forte ligação com todos os diferentes utilizadores do mar dos Açores, e pelo seu papel de apoio científico à administração e políticas públicas regionais”. O OKEANOS agradece “toda a inestimável colaboração prestada no terreno pela população na obtenção de informação e apoio à logística da equipa MoniCO, apelando ao reporte de arrojamento de meros ou de outras espécies nas plataformas disponibilizadas no WhatsApp MoniCO +351 916792709 (funciona apenas para mensagens e fotos) ou no formulário disponibilizado pelo GRA para o efeito”.

Governo dos Açores quer rever acordo de parceria com parceiros sociais

O presidente do Governo dos Açores anunciou que pretende rever, até ao final do ano, o Acordo de Parceria firmado em 2023 com três parceiros sociais para incluir novas propostas e abranger mais instituições.

“Nós não temos pressa e não pressionaremos o consenso, mas a verdade é que o momento histórico do acordo de parceria, [assinado] no passado 06 de setembro de 2023, ficaria fortalecido se até ao final deste ano pudéssemos ter a assinatura da revisão do acordo”, defendeu.

José Manuel Bolieiro falava à comunicação social após a reunião da Comissão Permanente de Concertação Social do Conselho Económico e Social dos Açores (CESA), realizada em Ponta Delgada.

Bolieiro adiantou que as propostas de revisão vão ser apresentadas até 15 de Outubro e que, a 18 deste mês, vai acontecer uma nova reunião daquela comissão do CESA.

O presidente do Governo dos Açores destacou que a CGTP vai ser novamente convidada a colaborar e a subscrever o documento que foi assinado em Setembro de 2023 pelo executivo, Federação Agrícola e Câmara do Comércio dos Açores.

O chefe do executivo regional avançou que a Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores (AICOPA), União Regional das



Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores (URIPSSA) e a União Regional das Misericórdias dos Açores (URMA) vão ser convidadas a integrar o acordo.

“Serão formulados convites a essas três instituições, parceiros membros do plenário do CESA, para apresentarem propostas e, num quadro de consensualização, poderem subscrever, neste processo de revisão, o acordo de parceria”, reforçou.

Bolieiro afirmou que a revisão poderá incluir “aditamentos, eliminação e alteração do articulado” do documento.

“O acordo não será outro. É o mesmo, mas revisto com essas atualizações face ao decurso do ano económico, so-

cial e laboral”, sinalizou.

O presidente do Governo dos Açores aproveitou ainda a ocasião para agradecer o trabalho desenvolvido pelo presidente cessante do CESA, Gualter Furtado, explicando que foi a “liderança da oposição” a propor um novo nome para a presidência do organismo (Piedade Lalande) no âmbito de um acordo entre os dois maiores partidos.

“Tive oportunidade de dizer que, da minha parte e pela parte do governo, a continuidade era uma possibilidade, mas também aceitaria uma sugestão que foi consensualizada por mim e pelo líder do PS para abrir um novo ciclo com uma nova oportunidade”, apontou.

CESA defende revisão do RSI

O vice-presidente do Conselho Económico e Social dos Açores (CESA), Bento Barcelos, entende que é necessário rever a legislação nacional sobre o Rendimento Social de Inserção (RSI), no sentido de clarificar e simplificar a atribuição do subsídio.

“Estes diplomas precisavam de ser reavaliados. Reavaliados pelo legislador, pela Assembleia da República, pelo Governo da República e pode também o parlamento regional tomar a iniciativa de propor uma revisão destes diplomas, para torná-los mais fáceis e funcionais”, justificou Bento Barcelos, durante uma audição na Comissão de Assuntos So-

ciais da Assembleia Regional, reunida em Ponta Delgada.

Bento Barcelos recusa, no entanto, a ideia de que haja “facilitismo” na atribuição do subsídio.

“Podem ter existido situações pontuais, não conheço em concreto, mas essa cultura de facilitismo e da subsidiopendência, não é generalizada. Se aconteceu, é muito pontual”, afirmou.

Já quanto às baixas médicas, o vice-presidente do CESA reconhece que existe um número elevado de casos na região, mas não quis colocar em causa a idoneidade dos profissionais de saúde que comprovaram essas situações de incapacidade temporária para o trabalho.

“Não está aqui em causa, naturalmente, a ética nem a deontologia dos clínicos, dos médicos, dos profissionais de saúde, mas que se constata que há um peso, que tem vindo a crescer, de situações de baixa médica, sim!” reconheceu Bento Barcelos.

O representante do CESA disse também concordar com a proposta apresentada pelo Chega, segundo a qual os beneficiários do Rendimento Social de Inserção devem passar a fazer “trabalho comunitário”, enquanto auferirem o subsídio.

“Colocar a possibilidade de haver um contributo nessas atividades socialmente úteis à comunidade, o sentido e o princípio da proximidade, acho muito bem a ideia”, admitiu Bento Barcelos.